



Intervenção proferida
na Sessão Legislativa de Março de 2004
Deputado Joaquim Machado

REVISÃO DA CARTA ESCOLAR: GOVERNO CONTINUA SEM ESTRATÉGIA

A educação é a variável mais estratégica para alcançar a modernidade que todos ambicionamos para os Açores.

A democracia e, por consequência, a Autonomia apanharam-nos desprevenidos. A meio da década de 70 as nossas ilhas não dispunham dos meios necessários – nalguns casos nem sequer mínimos – para responder ao desafio da democratização do ensino, trazido pela Revolução de Abril. Faltavam professores habilitados, faltavam edifícios para albergar tanta gente e em tantos lugares, e faltavam os recursos financeiros, considerando que também urgia construir estradas, portos, aeroportos,

centros da saúde, instalar electricidade, canalizar água, e tantas coisas mais.

As dificuldades, a multiplicidade de afazeres à roda das nossa ilhas, que precisavam de ser arrancadas do atraso de dezenas e dezenas de anos, e até mesmo a inexperiência de quem começava um ciclo novo em cinco séculos da nossa história, não inibiram o trabalho arrojado nem minguaram a obra.

De Rabo de Peixe ao Nordeste, de Santa Cruz da Graciosa à Calheta de S. Jorge, dos Biscoitos a Vila do Porto, em quase todos os concelhos foram construídas escolas para os ensinos preparatório e secundário e em muitas localidades edificadas e reparadas escolas do ensino primário, para usar a terminologia da época.

Como tudo na vida, houve erros, insuficiências e acidentes de percurso que, todavia, não apagam nem tão pouco ofuscam essa mudança estrutural vivida nos Açores. E mesmo nessas condições, sem fundos comunitários, foi possível construir uma escola, a das Laranjeiras, classificada pela OCDE entre as 200 melhores do mundo.

O tempo foi passando, surgindo novos conceitos e outras exigências, por exemplo, na tipologia das construções ou nos requisitos mínimos de equipamento. E também se caminhou para a elaboração de instrumentos de planeamento e de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino.

O valor estratégico destes documentos não reside na sua elaboração ou na sua existência, mas antes no acerto das opções e na capacidade de as concretizar, nos termos previstos.

A Carta Escolar dos Açores, com apenas quatro anos de vigência, acaba de ser revista. O curto espaço de tempo que durou aquela primeira versão só pode revelar o constrangimento e incumprimento das metas ali previstas. De 18 novos estabelecimentos de ensino previstos, apenas construiu duas (EB2,3/JI do Topo e EB2,3 dos Ginetes) e concluiu três (EB2,3 das Furnas, ES da Lagoa, EB2,3 da Maia). As outras 13 construções continuam apenas no papel (Secundária da Horta, EB2,3 da Horta, EB2,3/S das

Lajes do Pico, EB2,3/S das Velas, EB2,3 do Ramo Grande, EB2,3 de S. Sebastião, EB2,3/A S. Carlos, EB2,3/JI da Ponta Garça, Secundária da Vila Franca, EB2,3 de Água de Pau, EB2,3/A da Levada, EB2,3 do Livramento, Secundária das Capelas).

Não se tratou, portanto, de um planeamento para períodos longos, conforme previa o documento inicial. Tão pouco faz sentido invocar “a necessidade de estabelecer para o período correspondente ao III Quadro Comunitário (2000-2006) uma previsão das necessidades de investimento da Região Autónoma dos Açores em matéria de infra-estruturas educativas”. À pobreza do texto agora publicado corresponde a penúria de argumentos, considerando que estão decorridos quatro dos sete anos daquele período de financiamento comunitário.

A revisão da Carta Escolar empobreceu ainda mais aquele que devia ser um instrumento de planeamento e ordenamento prospectivos dos edifícios e equipamentos educativos dos Açores. Mais uma vez o Governo piorou com o tempo.

O documento publicado há seis semanas pouco diverge da versão inicial, de Janeiro de 2000. Quatro anos depois, repete os mesmos conceitos, as mesmas análises, o mesmo modelo de rede escolar, o mesmo texto.

Há, todavia, três diferenças. A primeira, inócua, é a actualização dos dados demográficos, de acordo com o último Censo da População. A segunda diferença consiste na eliminação de compromissos de construção de novos estabelecimentos de ensino, inclusos na anterior versão da Carta Escolar, como por exemplo as EB2,3 da Horta e de Velas, a secundária da Vila Franca ou as EB1/JI de Espalhafatos e Ribeira Funda, ambas no Faial.

A terceira diferença é a eliminação do calendário de execução das medidas previstas e da estimativa de despesa para as realizações propostas. Sem prazos e custos estabelecidos, o Governo pretende artificialmente garantir que não há atrasos nem derrapagens financeiras, e assim fugir à fiscalização democrática e ao juízo dos eleitores.

A elaboração da Carta Escolar, entendida como instrumento fundamental de ordenamento da rede de ofertas de educação e ensino, pressupõe a efectiva participação de toda a comunidade educativa e dos órgãos de poder autárquico, requisitos que mais uma vez foram descurados.

A Carta Escolar, agora publicada, é omissa quanto à caracterização dos edifícios e do mobiliário e demais equipamento, em função do tipo de escola, dos níveis de segurança, das exigências pedagógicas e dos padrões de qualidade e de funcionamento definidos, limitando-se a prever escolas para 900 alunos, em vez dos 600-700 anteriormente previstos.

A Carta Escolar também nada diz sobre as fontes de financiamento e é pouco clara na definição de responsabilidades nos domínios da construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.

A Carta Escolar esquece a rede de ofertas de educação e formação profissional, da responsabilidade das Autarquias

e instituições privadas, não vislumbrando, por isso, uma estratégia de racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas.

Por fim, a Carta Escolar não teve em consideração a próxima alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo, designadamente quanto à estruturação dos ciclos de ensino e à duração da escolaridade obrigatória, em ambos os casos previsivelmente com significativo impacto no parque escolar.

A revisão da Carta Escolar é intempestiva e inconsequente. É mais uma oportunidade perdida.